

Participação política dos jovens em Portugal: o papel das redes sociais na mobilização e envolvimento cívico

■ Diana Vilhena

2211448@iscap.ipp.pt

<https://orcid.org/0009-0002-5043-1856>

ISCAP, Instituto Politécnico do Porto

Resumo

O presente artigo, de carácter exploratório e reflexivo, analisa o papel das redes sociais na mobilização política e no envolvimento cívico dos jovens em Portugal. Os jovens desempenham um papel fundamental na nossa sociedade, uma vez que são atores relevantes na construção do futuro. No entanto, frequentemente surgem dúvidas, acerca do papel que estes desempenham na vida política, não só em Portugal, como também no resto do mundo. Este artigo analisa o papel das redes sociais na mobilização e no envolvimento cívico dos jovens, demonstrando que, apesar do afastamento das formas tradicionais de participação, existe um crescente envolvimento político através dos meios digitais.

Palavras-chave: Participação política, Jovens, Redes sociais, Mobilização, Envolvimento cívico.

Abstract

This exploratory and reflective article analyses the role of social media in the political mobilization and civic engagement of young people in Portugal. Young people play a fundamental role in our society, since they are the safeguard of its future. However, many times, some doubts emerge about their role in politics, not just in Portugal, but in the rest of the world as well. This article analyzes the role of social networks in the mobilization and civic engagement of young people, demonstrating that, despite the distancing from traditional forms of participation, there is a growing political involvement through digital media.

Keywords: Political participation, Young People, Social media, Mobilization, Civic engagement.

Introdução

Atualmente, persiste a ideia de que os jovens estão cada vez mais afastados da vida política e menos envolvidos nas formas tradicionais de participação democrática. A diminuição da militância partidária, os níveis de abstenção eleitoral e a crescente desconfiança nas instituições políticas têm contribuído para consolidar esta perceção. Contudo, vários estudos recentes sugerem que esta leitura poderá ser redutora, uma vez que a participação política juvenil tem vindo a assumir novas formas, particularmente no contexto digital.

O desenvolvimento das redes sociais alterou profundamente os modos de acesso à informação, de expressão pública e de mobilização cívica. Plataformas digitais como Instagram, TikTok ou X tornaram-se espaços centrais de debate político, ativismo e construção de opinião, especialmente entre os jovens. Neste contexto, formas de participação menos institucionalizadas - como o ativismo digital, a mobilização em torno de causas sociais ou a intervenção através de campanhas online - ganharam crescente relevância.

Dados recentes do *Flash Eurobarometer 545* (European Commission, 2025) indicam que os jovens europeus demonstram interesse por questões sociais e políticas, embora expressem níveis mais baixos de confiança nas instituições políticas tradicionais. Em Portugal, os relatórios da Fundação Calouste Gulbenkian sobre participação política juvenil mostram igualmente que os jovens tendem a afastar-se das formas convencionais de participação política, privilegiando formas mais flexíveis, individualizadas e orientadas para causas específicas.

Este artigo assume um carácter exploratório e reflexivo, procurando discutir algumas transformações contemporâneas da participação política juvenil a partir da literatura existente sobre redes sociais, participação digital e envolvimento cívico. Não se pretende desenvolver uma análise empírica exaustiva, mas antes refletir criticamente sobre tendências e dinâmicas identificadas em estudos recentes sobre juventude e participação política.

Neste contexto, torna-se necessário repensar o próprio conceito de participação política, alargando-o para incluir práticas digitais e formas não convencionais de envolvimento cívico. Este artigo sustenta que a participação política dos jovens em Portugal não está simplesmente em declínio, mas em transformação, porque as redes sociais ampliam formas digitais, informais e orientadas para causas de envolvimento cívico; por isso, partidos, instituições e investigadores devem alargar o conceito de participação política para compreender práticas que vão além do voto e da militância partidária.

Para desenvolver esta reflexão, recorre-se à análise de literatura científica sobre participação política digital e aos relatórios sobre juventude e participação política em Portugal desenvolvidos pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Conselho Nacional da Juventude.

O que é a atividade política?

A participação política pode ser entendida como o conjunto de ações, individuais ou coletivas, orientadas para influenciar decisões públicas, instituições, agendas sociais ou formas de organização da vida coletiva. Tradicionalmente, este conceito esteve associado a formas convencionais de participação, como o voto, a filiação partidária, a participação em campanhas eleitorais ou o contacto direto com representantes políticos.

Durante várias décadas, as formas tradicionais de participação política foram consideradas os principais indicadores de envolvimento democrático. No entanto, as transformações sociais, culturais e tecnológicas das últimas décadas contribuíram para o aparecimento de novas formas de ação política, particularmente entre os jovens. Neste contexto, práticas

como protestos, ativismo social, petições online, campanhas digitais e mobilizações em torno de causas específicas passaram a integrar o repertório contemporâneo de participação política.

Segundo Theocharis (2015), a participação política digital em rede deve ser reconhecida como uma forma legítima de ação política, uma vez que permite aos indivíduos intervir no espaço público através de práticas mais flexíveis, horizontais e orientadas para causas concretas. Desta forma, limitar a participação política exclusivamente às formas institucionais tradicionais pode conduzir a interpretações incompletas sobre o envolvimento político juvenil contemporâneo.

A crescente presença das redes sociais no quotidiano alterou significativamente a relação entre os cidadãos e o espaço público. A possibilidade de comentar acontecimentos políticos, partilhar informação, participar em debates públicos ou mobilizar outros utilizadores tornou-se uma dimensão relevante das democracias contemporâneas. Assim, a participação política não deve ser entendida exclusivamente a partir das práticas tradicionais de envolvimento institucional, mas também através das novas formas digitais e alternativas de mobilização que caracterizam a esfera pública atual.

A Influência das Redes Sociais

Oportunidades de participação e mobilização

As redes sociais desempenham atualmente um papel central na forma como os jovens acedem à informação política e participam no debate público. Plataformas digitais permitem uma circulação rápida de conteúdos, facilitando o contacto com diferentes causas sociais, movimentos cívicos e acontecimentos políticos nacionais e internacionais.

Bennett e Segerberg (2012) defendem que as tecnologias digitais favoreceram o desenvolvimento de formas de “ação conectiva”, caracterizadas por modelos de participação mais individualizados e menos dependentes de estruturas organizacionais tradicionais. Neste contexto, os jovens tendem a envolver-se politicamente através de causas específicas, campanhas online e movimentos sociais que encontram nas redes sociais importantes ferramentas de mobilização.

Movimentos como *Black Lives Matter*, as mobilizações ambientais lideradas por jovens ou campanhas de sensibilização relacionadas com igualdade de género e direitos humanos demonstram o potencial das plataformas digitais para ampliar o alcance de reivindicações sociais e facilitar processos de mobilização coletiva. Segundo Castells (2012), a comunicação em rede permite novas formas de organização social e política, baseadas na rapidez de disseminação da informação e na capacidade de ligação entre indivíduos com interesses comuns.

Além disso, as redes sociais possibilitam maior proximidade entre figuras políticas, instituições e juventude, reduzindo barreiras comunicacionais tradicionalmente associadas à política institucional. A comunicação digital permite aos jovens acompanhar debates públicos, expressar opiniões e interagir diretamente com representantes políticos.

Riscos e limitações das redes sociais

Apesar das oportunidades de participação, as redes sociais também apresentam riscos significativos para o debate democrático. A rápida circulação de informação favorece igualmente a disseminação de desinformação, discursos polarizados e conteúdos manipulados.

Nguyen (2020) distingue “bolhas epistémicas” de “câmaras de eco”, defendendo que as redes sociais podem limitar a exposição a perspetivas divergentes e reforçar ambientes de

confirmação ideológica. Neste contexto, algoritmos digitais tendem a privilegiar conteúdos alinhados com os interesses e opiniões prévias dos utilizadores, contribuindo para fenómenos de polarização política.

As redes sociais têm também sido utilizadas como veículos de disseminação de desinformação em contextos de crise geopolítica e conflitos internacionais, como a guerra na Ucrânia ou o conflito Israel-Hamas, contribuindo para fenómenos de manipulação informativa e radicalização discursiva.

Outro dos riscos frequentemente apontados relaciona-se com o chamado *slacktivism* conceito discutido por Morozov (2011), que descreve formas de ativismo superficial ou simbólico realizadas sobretudo através de interações digitais, como partilhas, gostos ou hashtags, sem tradução efetiva em participação política mais consistente ou transformadora.

Neste sentido, embora as redes sociais ampliem oportunidades de expressão e mobilização, também colocam desafios importantes relacionados com a qualidade do debate público, a credibilidade da informação e a profundidade do envolvimento político.

Redes sociais e transformação do envolvimento político juvenil

As redes sociais não alteraram apenas os meios de comunicação política, mas também as próprias formas de envolvimento cívico dos jovens. Diversos estudos sugerem que as novas gerações tendem a privilegiar formas de participação mais flexíveis, menos hierarquizadas e orientadas para causas concretas.

Segundo Boulianne e Theocharis (2020), existe uma associação positiva entre o uso político dos meios digitais e diferentes formas de participação cívica e política juvenil. Contudo, os autores alertam igualmente para o facto de a participação digital não substituir necessariamente o envolvimento institucional tradicional.

Em Portugal, os relatórios da Fundação Calouste Gulbenkian e do Conselho Nacional da Juventude indicam que muitos jovens demonstram distanciamento relativamente aos partidos políticos tradicionais, embora revelem interesse por temas sociais, ambientais e culturais. Tal tendência sugere que a participação política juvenil não desapareceu, mas foi reconfigurada através de novas práticas digitais, formas de ativismo e envolvimento.

Influência das redes sociais na relação dos jovens com os partidos políticos

A relação entre os jovens e os partidos políticos tem vindo a sofrer alterações significativas nas últimas décadas. O crescimento da desconfiança nas instituições políticas, associado à perceção de afastamento entre representantes e cidadãos, contribuiu para um enfraquecimento da identificação partidária entre os mais jovens. Ainda assim, esta realidade não significa necessariamente um desinteresse total pela política, mas antes uma transformação das formas de envolvimento político juvenil.

As redes sociais desempenham, atualmente, um papel relevante na aproximação entre partidos políticos e juventude, permitindo uma comunicação mais direta, rápida e acessível. Plataformas como Instagram, TikTok ou X passaram a ser utilizadas por partidos e figuras políticas como instrumentos de divulgação de propostas, campanhas e posicionamentos públicos, possibilitando uma maior proximidade com os cidadãos e cidadãs mais jovens.

Segundo os relatórios da Fundação Calouste Gulbenkian sobre participação política juvenil em Portugal, muitos jovens demonstram baixos níveis de identificação partidária e reduzida confiança nas instituições políticas tradicionais. Contudo, os mesmos estudos indicam que existe interesse por questões sociais, ambientais e culturais, sobretudo quando estas são

comunicadas de forma mais próxima, acessível e alinhada com preocupações concretas do quotidiano.

Neste contexto, as redes sociais permitem que os jovens acompanhem debates públicos, expressem opiniões políticas e interajam diretamente com representantes institucionais. Esta proximidade comunicacional contribui para reduzir algumas barreiras tradicionalmente associadas à política institucional, tornando os discursos políticos mais acessíveis às novas gerações.

No entanto, as redes sociais também intensificam fenómenos de crítica pública, exposição mediática e circulação rápida de escândalos políticos. A facilidade com que conteúdos polémicos são amplamente disseminados contribui para o aumento do ceticismo relativamente aos partidos e representantes políticos. Assim, as plataformas digitais funcionam simultaneamente como espaços de aproximação e distanciamento entre juventude e política institucional.

Desta forma, embora as redes sociais possam facilitar o contacto entre jovens e partidos políticos, não eliminam necessariamente os problemas de desconfiança institucional e afastamento relativamente às formas tradicionais de participação política. Pelo contrário, evidenciam a necessidade de adaptação das instituições políticas às novas dinâmicas comunicacionais e às expectativas das gerações mais jovens.

Redes sociais e novas formas de envolvimento cívico

As redes sociais contribuíram significativamente para o aparecimento de novas formas de envolvimento cívico e participação política, particularmente entre os jovens. O desenvolvimento das plataformas digitais permitiu a criação de redes de mobilização mais rápidas, horizontais e descentralizadas, facilitando a organização de movimentos sociais e campanhas públicas em torno de diferentes causas.

Bennett e Segerberg (2012) defendem que as sociedades contemporâneas assistem ao crescimento de formas de “ação conectiva”, caracterizadas por modelos de participação mais individualizados e menos dependentes de estruturas organizacionais tradicionais. Neste contexto, os indivíduos participam politicamente através de redes digitais e causas específicas, sem necessidade de forte ligação a partidos políticos ou organizações formais.

Também Loader et al. (2014) argumentam que os meios digitais criaram oportunidades de participação cívica juvenil, permitindo aos jovens expressar opiniões, mobilizar outros participantes e desenvolver formas alternativas de intervenção pública. Desta forma, as redes sociais tornaram-se espaços relevantes de construção de identidade política e debate público.

Movimentos sociais contemporâneos demonstram frequentemente uma forte articulação entre participação online e mobilização offline. Campanhas relacionadas com alterações climáticas, igualdade de género, direitos humanos ou justiça racial mostram como as redes sociais podem funcionar como instrumentos de sensibilização, organização e mobilização coletiva. Segundo Castells (2012), a comunicação em rede permite novas formas de organização social e política, baseadas na rapidez de disseminação da informação e na ligação entre indivíduos com interesses comuns.

Contudo, apesar das potencialidades de mobilização, diversos autores alertam igualmente para os limites do ativismo digital. Morozov (2011) utiliza o conceito de *slacktivism* para descrever formas de participação superficial ou simbólica, frequentemente limitadas a interações digitais como partilhas, gostos ou hashtags, sem tradução efetiva em envolvimento político continuado ou transformação institucional.

Ainda assim, a participação política digital não deve ser desvalorizada. Boulianne (2015) e Boulianne e Theocharis (2020) defendem que o uso político das redes sociais pode estar associado ao aumento do envolvimento cívico e político dos jovens, funcionando frequentemente como complemento - e não substituição - das formas tradicionais de participação.

Neste sentido, as redes sociais têm assumido um papel determinante na reconfiguração das formas de participação política juvenil, permitindo modelos de envolvimento mais flexíveis, personalizados e orientados para causas específicas.

Discussão

A análise desenvolvida ao longo deste artigo sugere que a relação dos jovens com a política não pode ser interpretada apenas a partir dos indicadores tradicionais de participação, como o voto, a filiação partidária ou a militância política. As transformações tecnológicas e comunicacionais das últimas décadas alteraram significativamente os modos de acesso à informação, expressão pública e mobilização cívica, contribuindo para o aparecimento de formas mais flexíveis, digitais e orientadas para causas específicas de participação política.

Neste contexto, Fernández Guzmán Grassi et al. (2024) defendem que a relação dos jovens europeus com a democracia e a participação política é marcada por dinâmicas complexas, que não se traduzem necessariamente em desinteresse político. Embora muitos jovens revelem menor proximidade com as formas institucionais tradicionais, continuam envolvidos em formas alternativas de participação, nomeadamente protestos, ativismo digital e mobilização em torno de questões sociais e ambientais.

Também os relatórios portugueses sobre participação política juvenil desenvolvidos pela Fundação Calouste Gulbenkian e por Matos et al. (2023) demonstram que muitos jovens portugueses mantêm interesse por questões políticas e sociais, apesar dos baixos níveis de identificação partidária e da reduzida confiança nas instituições políticas tradicionais. Tal tendência sugere que o aparente afastamento da política institucional não corresponde necessariamente a apatia política, mas antes a uma reconfiguração das formas de envolvimento cívico e participação democrática.

As redes sociais configuram simultaneamente mecanismos de democratização do acesso à participação política e espaços potenciadores de polarização, desinformação e formas superficiais de ativismo digital. Por um lado, ampliam oportunidades de mobilização, facilitam a circulação de informação e permitem maior visibilidade de movimentos sociais e causas públicas. Por outro, favorecem fenómenos de fragmentação informativa, reforço ideológico e participação simbólica limitada, frequentemente associada ao conceito de *slacktivism* discutido por Morozov (2011).

Além disso, a literatura demonstra que os jovens participam frequentemente em movimentos sociais e formas de ativismo que não passam necessariamente pelas instituições políticas tradicionais. Earl et al. (2017) defendem que a juventude contemporânea tende a privilegiar formas de participação mais horizontais, descentralizadas e orientadas para causas concretas, em detrimento de modelos institucionais mais rígidos e hierarquizados.

Neste sentido, a participação política digital deve ser compreendida numa perspetiva ambivalente. Embora as redes sociais possibilitem novas formas de mobilização e expressão cívica, não substituem de forma simples as formas tradicionais de participação democrática. Pelo contrário, reconfiguram os modos de expressão, contestação, mobilização e relação dos jovens com as instituições políticas.

Conclusão

Em síntese, as redes sociais não representam o desaparecimento da participação política tradicional, mas a sua reconfiguração num contexto marcado pela digitalização da comunicação, pela emergência de novas formas de ativismo e pela crescente centralidade das plataformas digitais na construção da cidadania contemporânea.

Ao longo deste artigo, procurou-se demonstrar que os jovens continuam interessados em questões políticas e sociais, ainda que através de modelos de participação diferentes daqueles tradicionalmente valorizados pelas instituições políticas. A participação política juvenil manifesta-se ,atualmente através de formas mais flexíveis, individualizadas e orientadas para causas específicas, frequentemente articuladas com os meios digitais e as redes sociais.

Contudo, apesar das potencialidades de mobilização e participação, proporcionadas pelas plataformas digitais, persistem desafios importantes relacionados com a desinformação, polarização, superficialidade do ativismo online e enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas. Assim, as redes sociais devem ser entendidas simultaneamente como espaços de ampliação da participação pública e como ambientes que colocam novos desafios à qualidade do debate democrático.

Desta forma, torna-se fundamental que partidos políticos, escolas, universidades e instituições públicas desenvolvam estratégias de literacia mediática, educação para a cidadania e participação cívica adaptadas às dinâmicas digitais contemporâneas. Compreender a participação política juvenil exige, assim, uma visão mais ampla e atualizada do conceito de participação política, capaz de reconhecer práticas digitais e formas alternativas de envolvimento cívico que vão além do voto e da militância partidária tradicional.

Declaração de uso de IA

Durante a elaboração deste artigo, a autora utilizou a ferramenta *ChatGPT* para reestruturação do texto e aperfeiçoamento gramatical. Todo o conteúdo gerado foi submetido a uma análise crítica, sendo revisto, validado e complementado pela autora, garantindo o seu rigor conceptual e a sua conformidade com princípios éticos e científicos.

Referências

- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739–768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Boulianne, S. (2015). Social media use and participation: A meta-analysis of current research. *Information, Communication & Society*, 18(5), 524–538. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1008542>
- Boulianne, S., & Theocharis, Y. (2020). Young people, digital media, and engagement: A meta-analysis of research. *Social Science Computer Review*, 38(2), 111–127. <https://doi.org/10.1177/0894439318814190>
- Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age*. Polity Press.
- Earl, J., Maher, T. V., & Elliott, T. (2017). Youth, activism, and social movements. *Sociology Compass*, 11(4), e12465. <https://doi.org/10.1111/soc4.12465>
- European Commission. (2025). *Flash Eurobarometer 545: Youth and Democracy* (ZA8821; Version 1.1.0) [Data set]. GESIS Data Archive. <https://doi.org/10.4232/1.14508>

- Fernández Guzmán Grassi, E., Portos, M., & Felicetti, A. (2024). Young people's attitudes towards democracy and political participation: Evidence from a cross-European study. *Government and Opposition*, 59(2), 582–604. <https://doi.org/10.1017/gov.2023.16>
- Loader, B. D., Vromen, A., & Xenos, M. (2014). The networked young citizen: Social media, political participation and civic engagement. *Information, Communication & Society*, 17(2), 143–150. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.871571>
- Matos, R., Soares, M., Torres, J., & Maia, R. L. (2023). *Estudo sobre a participação política juvenil em Portugal: Resultados de um inquérito online e de grupos de discussão com jovens: Relatório final*. Conselho Nacional da Juventude.
- Morozov, E. (2011). *The net delusion: The dark side of internet freedom*. PublicAffairs.
- Nguyen, C. T. (2020). Echo chambers and epistemic bubbles. *Episteme*, 17(2), 141–161. <https://doi.org/10.1017/epi.2018.32>
- Theocharis, Y. (2015). The conceptualization of digitally networked participation. *Social Media + Society*, 1(2). <https://doi.org/10.1177/2056305115610140>